

Editorial – Revista SCG da FACC/UFRJ: cinco anos de trabalho...

Caros Leitores,

Chegamos ao final do quinto ano de publicação da Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão (SCG – FACC/UFRJ). Nestes cinco anos de trabalho, foram editados cinco volumes e um total de 10 números.

Desde sua criação em 2006, a Revista SCG tem como compromisso publicar artigos que possam contribuir com a discussão de temas relevantes para a academia e para o mercado, nas áreas de administração e contabilidade. Ao longo desses cinco anos, foram publicados artigos sobre vários temas, tais como: Análise e Avaliação de Desempenho, Auditoria, *Balanced Scorecard*, Capital Intelectual, Conservadorismo Contábil, Consumo Ético, Controles Internos, Custeio ABC, Diversidade, *Fair Value*, Fusões & Aquisições, Governança Corporativa, Gestão e Contabilidade de Custos, Gerenciamento de Resultados, Gestão de Demanda, Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Gestão do Capital de Giro, Gestão e Contabilidade Ambientais, Gestão e Contabilidade Públicas, Gestão Internacional, Gestão Tributária, Lei de Responsabilidade Fiscal, Qualidade de Serviços, Racionalidade Limitada, Relevância da Informação Contábil, Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Tecnologia da Informação, Turismo, dentre tantos outros, relevantes para o desenvolvimento das ciências administrativas e contábeis.

Neste segundo número de 2010 (v.5) teremos 10 artigos. No primeiro artigo, intitulado “Decisões Financeiras de Curto Prazo das Pequenas e Médias Empresas Industriais: um estudo exploratório”, os autores Márcio André Veras Machado e Kelly Nayane Brilhante Barreto discutem a questão da gestão de capital de giro em pequenas e médias empresas. A pesquisa envolveu um estudo empírico com 37 empresas de João Pessoa/PB, pertencentes a 12 setores da economia. Os resultados mostram que as empresas elaboram orçamentos diários e que os excedentes de caixa são destinados à ampliação dos estoques e às aplicações financeiras em fundos de Renda Fixa e CDB. Quando há déficit de caixa, o mesmo é suprido com redução dos níveis de estoque e duplicatas a receber, bem como por meio da captação de recursos no mercado, na forma de desconto de duplicatas. O estoque é gerenciado por meio da filosofia *just in time*. Em relação ao crédito, percebeu-se que a informação mais utilizada para avaliar os clientes foi a consulta ao SPC, Serasa ou similares e que o meio mais utilizado para cobrança é o telefone.

Em “Decisões de Investimento na Presença de *Sunk Costs*: será que os contadores são mais racionais?”, os autores Luiz Carlos Miranda, Daniel José Cardoso da Silva, Luiz Carlos Marques dos Anjos e Priscila Karla da Silva Wink procuram testar a hipótese de que a área de conhecimento pode afetar esse tipo de decisão. Mais especificamente, testam se os agentes com conhecimento em contabilidade reagem de forma diferente, em decisões em que os custos passados (*sunk costs*) estejam presentes. O estudo revelou que possuir conhecimentos em ciências contábeis ajuda os agentes a tomar melhores decisões de investimento, na presença de *sunk costs*, visto que os respondentes com conhecimentos da área das ciências contábeis tiveram desempenho destacadamente superior aos demais.

No terceiro artigo, intitulado “A Influência da Tributação no Grau de Conservadorismo das Empresas”, Gabriel Moreira Campos, Alfredo Sarlo Neto e José Elias Feres de Almeida investigam a influência da tributação no grau de conservadorismo de empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2000 a 2006. Os resultados mostram que quanto maior é a magnitude da provisão de imposto de renda e contribuição social na Demonstração do Resultado do Exercício mais conservadora é a empresa. Além disso, os autores concluíram que as empresas pertencentes aos setores com provisão de imposto de

renda e de contribuição social sobre o lucro líquido acima da média da provisão dos setores tendem a ser mais conservadoras.

Miguel Carvalho Lira, no artigo intitulado “Caracterização da Evolução da Contabilidade em Portugal: do século XII a meados do século XVIII”, procura caracterizar a Contabilidade praticada em Portugal ao longo de cerca de 700 anos, desde o século XII a meados do século XVIII, mostrando como evoluiu o pensamento contabilístico português nos primórdios da nacionalidade. Os resultados da pesquisa mostram que a Contabilidade por partidas simples foi quase que unicamente utilizada até o século XV, enquanto que a partir desse século já se utilizava, mesmo que nem não unicamente, o método das partidas dobradas, mas ainda longe da qualidade e quantidade que seria esperada, se tivermos em conta o advento dos “Descobrimentos”, e correspondente desenvolvimento comercial do país, e do que se passava no resto da Europa, à época, a um nível contabilístico.

O quinto artigo, intitulado “Legitimidade Corporativa em Empresas Pertencentes a Indústrias Ambientalmente Sensíveis: um Estudo Empírico com Empresas que negociam ações na Bovespa”, de autoria de Antonio Gualberto Pereira, Adriano Leal Bruni e José Maria Dias Filho, buscou verificar se empresas de indústrias ambientalmente sensíveis buscam mais legitimidade do que empresas de indústrias não ambientalmente sensíveis, considerando suas demonstrações financeiras anuais. Para tanto, foi feito um levantamento junto a 102 empresas com ações negociadas na Bovespa, sendo 45 pertencentes a indústrias ambientalmente sensíveis e 57 pertencentes a indústrias não ambientalmente sensíveis. Os resultados mostraram diferenças estatisticamente significativas em termos de uma maior evidenciação para o grupo de empresas pertencentes a indústrias ambientalmente sensíveis quando comparado ao grupo de empresas pertencentes a indústrias não ambientalmente sensíveis.

Já o sexto artigo, de autoria de Moacir Sancovschi e Jarbas Augusto Gomes e intitulado “Tratamento Contábil dos Custos dos Produtos Conjuntos, Subprodutos, Sucatas e Perdas: A Experiência de Três Empresas Brasileiras”, procura documentar o tratamento contábil dispensado, por três empresas brasileiras, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Braskem S. A. e a Pan-Americana S. A. Indústrias Químicas, aos seus produtos conjuntos, subprodutos, sucatas e perdas; e mostrar como a contabilidade auxilia os administradores dessas empresas na análise de decisões referentes a estes produtos. Os autores concluem que estas empresas empregam procedimentos consagrados e largamente divulgados nos livros didáticos de contabilidade. E quando fogem a esta regra, o fazem para simplificar os procedimentos e produzir informações que sejam úteis para seus administradores.

O sétimo artigo, intitulado “Os Fatores de Insucesso das Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade: Um Estudo em Unidades Lotéricas”, de autoria de Juliana Ventura Amaral e Silvia Pereira de Castro Casa Nova, se propõe a verificar como a contabilidade pode contribuir com o sucesso das micro e pequenas empresas, especialmente do segmento lotérico, aumentando a rentabilidade e diminuindo a mortalidade das mesmas. Os fatores de insucesso investigados foram: problemas com capital de giro, problemas com maus pagadores, carga tributária elevada, desconhecimento da margem de contribuição e controle interno ineficiente. Os autores concluíram que a contabilidade destas empresas é efetuada externamente com propósitos exclusivamente fiscais e legais, havendo poucas informações que ajudem o proprietário a conduzir sua empresa ao sucesso.

No oitavo artigo, intitulado “Validação da Escala de Consumo Ético para Amostras Brasileiras”, os autores Marcos Aguiar de Souza e Luciano Bispo dos Santos procuraram validar o instrumento *The Muncy-Vitell Consumer Ethics Scale* (2005) culturalmente para amostras brasileiras. Os autores mostram que os dados obtidos no estudo indicam a viabilidade do instrumento para a realização de pesquisas visando identificar e/ou comparar o consumo ético de indivíduos e grupos com amostras brasileiras.

Já o nono artigo, intitulado “Modelagem da Demanda Turística Internacional para o Estado de São Paulo”, de autoria de Fernando Alves de Moura e Alessandra de Ávila Montini, analisou os determinantes econômicos da demanda turística internacional para o estado de São Paulo com base em modelos estatísticos causais. Os autores constataram que para o estado de São Paulo as variáveis: (a) demanda turística defasada uma unidade de tempo; e (b) índice de preço aos consumidores do Uruguai, principal destino turístico alternativo ao Brasil, são significativas para estimar a demanda turística total, e para estimar a demanda turística de cada um dos três países emissores analisados (Alemanha, Argentina e Estados Unidos). Para o fluxo agregado de turistas internacionais, variáveis indicativas da atividade da renda nos países emissores - como PIB e volume de exportações não obtiveram significância estatística em seus coeficientes da regressão, dada inclusão prévia da variável demanda turística defasada uma unidade de tempo.

Por fim, o décimo e último artigo, intitulado “A Influência da Lei De Responsabilidade Fiscal na Gestão das Contas Públicas Segundo A Percepção De Um Contador”, de autoria de Daiane Rodrigues da Silva e Carlos Alberto Grespan Bonacim, procurou verificar, por meio da percepção de um contador público, quais os impactos da instauração da LRF nos municípios brasileiros à luz de um município em específico, a fim de identificar as principais implicações da LRF no contexto da gestão pública nacional e nos municípios brasileiros, além de verificar como foi o processo de adaptação às novas normas. Os autores perceberam que a fase de adaptação da Lei ocorreu de forma lenta, uma vez que muitas administrações públicas não possuíam recursos humanos, tecnológicos e financeiros suficiente. Além disso, os autores verificaram que o caráter de disciplina fiscal da Lei, ocorreu pelo fato desta impor punições aos responsáveis pela administração pública e ao município quanto ao seu descumprimento.

Boa leitura a todos.

Marcelo Alvaro da Silva Macedo
Editor